

-----ATA NÚMERO 25/2016-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM SETE DE JULHO DO ANO DOIS MIL E
DEZASSEIS.**-----

-----Aos sete dias do mês de julho do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis e os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, João José Sales Fernandes Correia, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presentes ainda, os Senhores Rui Anacleto Mendes Alves e Ênio Vieira Martins, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro os Senhores Vereadores Bruno Miguel Camacho Pereira e Artur Alberto Fernandes Andrade, do PSD e CDU, respetivamente.-----

---Também estiveram presentes o Chefe de Gabinete, Miguel Iglésias, a Adjunta da Presidência, Andreia Caetano e os Adjuntos da Vereação, João Beja, Sandra Silva e Mabely Moreira.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---O Senhor Presidente, e na sequência das “Presidências Abertas”, deu conhecimento que, e à semelhança do sucedido no mês de junho, com a realização de uma Reunião de Câmara na Junta de Freguesia de Santo António, haverá igualmente durante o mês em curso, desta vez na Freguesia do Monte.-----

---Disse que nesta altura, estão a decorrer encontros entre o Presidente e restante Executivo Camarário com a população da Freguesia do Monte, Junta de Freguesia respetiva e instituições locais, mas que por impossibilidade da Senhora Presidente da Junta só será possível realizar a reunião no próximo mês de agosto, pelo que foi proposto e aceite por toda a Vereação presente que a única reunião desse mês realizar-se-á no dia dezoito (18) na já referida Junta de Freguesia.-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando este período a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, e acerca da interdição da Praia do Gorgulho, questionou que procedimentos foram tomados pela Câmara face a esta situação.-----

----- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança,

esclareceu que durante o corrente ano já foram efetuadas sete vezes recolha para amostras, sendo esta a primeira vez que se detetaram parâmetros fora do normal. Disse que, no ano anterior houve um caso isolado e conhecidas as causas foi imediatamente reparado. “No entanto, esta situação suscita muitas dúvidas, tendo já sido questionado o IASAÚDE se não existiria a possibilidade de erro tal é a disparidade de valores. A Câmara, juntamente com a DROTA, tem desenvolvido esforços no sentido de identificar o foco da insalubridade, sem sucesso. Foi também solicitado um relatório à EcoAtlântico, não tendo sido encontrado nada de anormal relativamente às estações elevatórias. Foram realizadas igualmente análises noutros locais e os resultados estão dentro dos parâmetros o que significa que o foco é apenas naquele local”, acrescentou.-----

----- - Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, referiu ser um caso enigmático, e que a se verificarem os valores representam descargas enormes, colocando-se também a questão da disparidade de valores entre os dois tipos de bactérias.-----

-----Continuando, referiu: “Obtivemos a informação que nas estações elevatórias não se verificaram quaisquer anomalias e, que após vistoria ao ribeiro, constatou-se que as pequenas descargas que poderão ter existido não justificam os valores obtidos, sendo no entanto necessário que haja um levantamento das ligações provenientes das moradias junto ao ribeiro”.-----

----- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que as ligações pluviais encontram-se canalizadas para o ribeiro e que deverão ser também analisadas as condições de funcionamento das redes.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, interveio, referindo que esta não é uma questão nova, lembrando que entre as três piores praias de Portugal duas encontram-se no Funchal, representando um revés para uma Autarquia que tenta e bem, dar boa imagem da cidade com boa qualidade de vida e estragando a pretensão em subir de nível no ranking das melhores cidades para se viver.-----

----- - Usando novamente da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou acerca do horário de estacionamento destinado aos veículos de duas rodas, tendo o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informado existirem estacionamentos exclusivos para os veículos de duas rodas e outros, que conforme o horário, poderão ser utilizados por viaturas, todos eles devidamente sinalizados com sinalética indicativa dos horários e dias.-----

----- - A este propósito, foi solicitado pelos Vereadores do PSD, Vanda de Jesus e João Rodrigues, a planta das zonas de estacionamento de veículos de duas rodas aquando da sua implementação bem como outra com as atualizações efetuadas.----

-----Continuando, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, solicitou cópia do contrato assinado entre a Autarquia e a Senhora

Sara Sousa Menezes Brazão Machado, da Associação “Patinhas Felizes”, relativamente à prestação dos serviços de gestão do Centro de Recolha Oficial do Vasco Gil.-----

-----Prosseguindo, esta mesma Vereadora e, relativamente à informação prestada na anterior reunião pelo Senhor Vereador Miguel Gouveia, relacionada com a prestação de serviços a ser efetuada pela AAUMA, disse que com o processo da Universidade Júnior do Porto, cuja situação era idêntica, o tratamento foi diferente e que neste caso houve a celebração de protocolo.-----

----- - Sobre esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, retorquiu dizendo ser diferente, atendendo a que com a AAUMA existiu uma prestação de serviço.-----

-----Por último, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, chamou a atenção para uma passadeira na Rua Carvalho Araújo, que apesar de desativada continua visível, gerando alguma confusão entre peões e automobilistas.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu um conjunto de preocupações manifestadas por parte dos Bombeiros Municipais em relação a vários fatores, nomeadamente a passagem para Sapadores e outra questão mais melindrosa relacionada com o facto das forças sindicais estarem a equacionar a realização de uma greve, alertando para o facto de a acontecer nesta altura do ano, não ser benéfico para a segurança da cidade.-----

----- - A Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança,

esclareceu que foram encetados uma série de contactos relacionados com a contratualização sendo que a passagem a Sapadores é uma questão processual, reforçando que a mesma irá efetivar-se.-----

-----Este mesmo Vereador apresentou depois uma questão relacionada com o diploma aprovado no Parlamento Regional, que adapta a lei cinquenta e dois/dois mil e quinze, em que no artigo sexto, está prevista uma norma que prevê que as Câmaras Municipais possam ceder as posições de autoridade terrestre ao Governo Regional, tendo um prazo de quarenta e cinco dias para o realizar.-----

----- - Em relação a este assunto, o Senhor Presidente esclareceu que existe um despacho do Governo que dá a concessão por cinco anos às companhias de transporte, evocando-se uma lei que ainda não fora aprovada.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou acerca da nova sinalética para a cidade, nomeadamente nos centros históricos. “A atual encontra-se muito degradada e ilegível”, disse.-----

----- - Sobre esta questão, o Senhor Presidente informou que foi desenvolvido, do ponto de vista conceptual, um trabalho pelo Departamento de Economia e Cultura, já concluído, faltando a concretização material do mesmo.-----

-----De seguida, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, e acerca da notícia que divulga a intenção da Autarquia

em classificar uma dezena de imóveis, questionou o seu número, atendendo a que existem vários para classificar, dando como exemplo as moradias na Avenida do Infante. Perguntou se este é um trabalho permanente ou se será criada uma comissão especial para este projeto.-----

----- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, explicou que esta lista surgiu de uma reunião com o historiador Emanuel Gaspar, sobre o património de domínio público, passível de ser classificado como interesse municipal.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou se o início do procedimento fora feito pela Autarquia ou pela Direção dos Assuntos Culturais, opinando que deveria ter sido dado conhecimento prévio à restante Vereação e só posteriormente pedido o parecer à Direção Regional, solicitando cópia de todo o processo.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu que o processo fora elaborado de acordo com o fluxograma existente no Planeamento Estratégico que transitou do mandato anterior, estando a Autarquia a contar com a colaboração da Direção Regional na inventariação dos elementos que pretende submeter.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou o ponto de situação da aquisição do espólio de António Aragão aos herdeiros, tendo o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informado que

estará presente numa reunião na próxima semana a fim de tratar do assunto.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, lembrou a necessidade da colocação de lombas na Rua Simplício Passos Gouveia, por forma a permitir a redução da velocidade.-----

----- - Sobre esta questão, o Senhor Presidente informou que já fora iniciado um procedimento destinado à aquisição de trinta passadeiras sublevadas.-----

-----Por último, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, deu conhecimento de várias reclamações durante a semana, devido à recolha tardia do lixo, na zona hoteleira.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que esta situação deveu-se ao gozo de férias e também à falta de pessoal por motivos de doença mas que entretanto já foram realizados alguns ajustamentos nos horários de recolha.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, não participou na discussão e votação dos processos que se seguem (1-Complexos Balneares).-----

1 - COMPLEXOS BALNEARES:-----

----- - **Concessão do direito de exploração das Lojas I e III na Promenade do Lido e do Snack-Bar do Lido sito à Cota 16,50**

com a área encerrada de 56,40 m2 e com Esplanada com a área de 153,65 m2, situada no exterior do Complexo Balnear do Lido – Revogação da decisão de contratar: - Acompanhada

dos respetivos processos, foi presente, e aprovada, por maioria, com os votos contra do PSD, a seguinte deliberação:-----

---“Considerando os fundamentos de facto e de direito explanados no parecer emitido pela Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, nº 33/DCPA/2016, datado de 24 de junho, documento que se anexa à presente deliberação e dela faz parte integrante; Considerando que se comprova existir prejuízo para o erário público, caso a Câmara delibere em conformidade com os termos das propostas de decisão constantes dos relatórios finais do júri dos concursos; Nesta conformidade, visando-se salvaguardar o interesse público, conforme abordado no parecer supra referido, a Câmara delibera: - Não adjudicar as concessões abaixo elencadas e, em observância do estatuído no nº 1, do artigo 80º, do Código dos Contratos Públicos, revogar a decisão de contratar, devendo esta decisão, bem como os respetivos fundamentos, ser notificada a todos os concorrentes, em cumprimento da determinação legal plasmada no nº 2, do artigo 79º, do citado código. Concessões objeto da decisão de não adjudicação e da revogação da decisão de contratar: - Concessão do Direito de Exploração da Loja I na Promenade do Lido; - Concessão do Direito de Exploração da Loja III na Promenade do Lido; - Concessão do Direito de Exploração do Snack-Bar do Lido, sito à Cota 16,50, com a área encerrada de

56,40 m2 e com esplanada com a área de 153,65 m2, situada no exterior do Complexo Balnear do Lido”.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, declarou que os Vereadores do PSD votaram contra a revogação da decisão de contratar, pelo facto de existirem propostas que não apresentam qualquer inconformidade e porque os valores apresentados estão acima do valor base definido no caderno de encargos, discordando, por isso, existir qualquer prejuízo para o erário público. Defendem que uma Autarquia, como serviço público, não pode, nem deve, ter uma visão economicista, já que o que está em causa é o cumprimento dos regulamentos.----

----- - **Concessão do direito de exploração da Loja II na Promenade do Lido – Relatório final:** - A Câmara deliberou, por maioria, com ausência do Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, nos termos e fundamentos expressos no relatório final do júri do concurso em epígrafe, proceder à exclusão dos três concorrentes que apresentaram propostas para a referida concessão.-----

2 – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS:-----

----- - **Concurso Público de “Aquisição de combustíveis, gasóleo e gasolina sem chumbo de 95 octanas para o Município do Funchal” – Aprovação da Minuta do Contrato:** - Foi presente e por unanimidade aprovada, a minuta do contrato a celebrar com a Sociedade “BP Portugal – Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.”, adjudicatária da “Aquisição de combustíveis,

gasóleo e gasolina sem chumbo 95 octanas para o Município do Funchal”.-----

3 – ISENÇÃO DA TAXAS: - Em face do requerimento do Clube Desportivo Nacional (proc.º 24854/16), solicitando a isenção do pagamento das taxas municipais devidas pelos serviços da Corporação dos Bombeiros Municipais do Funchal, aquando da realização da prova automobilística denominada “Rampa Freguesia do Monte”, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir com base na informação da Divisão Jurídica (refª 551/DJF/DJ/2016).-----

4 – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL/Isenção de taxas: - Perante o requerimento de Juliana Teresa Teixeira (proc.º 27942/2016), solicitando a cedência do Teatro Municipal Baltazar Dias, com isenção de taxas municipais, tendo em vista a realização da “Gala Miss República Portuguesa Madeira 2016”, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, com base na informação da Divisão Jurídica (refª 554/DJF/DJ/2016).-----

----- - A pedido de Artemotion, representado por Carla Susana Domingues Esteves Pinho Rodrigues (proc.º 7480/16), a Câmara deliberou, por unanimidade, com base na informação da Divisão Jurídica (refª 559/DJF/DJ/2016), aprovar a isenção de taxas pelo uso do Teatro Municipal Baltazar Dias, para a realização da peça de teatro intitulada “Matilde a Menina Prodígio”.-----

5 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA/Isenção de taxas: - Considerando o pedido formulado, pela UMAR – União das Mulheres Alternativas e Respostas (I-7450/16), bem como a

informação do Departamento Jurídico (ref^a 20/DJF/DFM/2016) sobre o mesmo, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência do Jardim Municipal, com isenção de taxas, para a realização do Mercadinho “Saberes & Sabores no Feminino”.-----

---A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, opinou que, tendo em conta que se trata da terceira edição e terceiro mês consecutivo, a UMAR deveria fazer uma programação a solicitar tudo de uma só vez, facilitando desse modo o trabalho dos serviços camarários.-----

6 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- **Proposta de Recomendação do CDS/PP, sobre a “Necessidade da Construção de um Novo Hospital Público na Região Autónoma da Madeira”**: - Foi apresentada pelo Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, a proposta de Recomendação mencionada em título, do seguinte teor:-----

---“Tendo em conta o envelhecimento das instalações do Hospital dos Marmeleiros, inclusivamente constatado em visita conjunta do Ex-Ministro da Saúde com o Governo Regional, bem como a desadequação das instalações do Hospital Dr. Nélcio Mendonça em relação às necessidades técnicas da atual prestação dos cuidados médicos e da enfermagem, é fundamental a construção de um Novo Hospital moderno, seguro, confortável e com custos de manutenção reduzidos que concentre todos os cuidados hospitalares públicos no âmbito do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira. A Câmara Municipal do Funchal

deve solicitar ao Governo Regional o resultado final da audiência pública de interessados entretanto aberta pelo Governo, e da qual conste as seguintes informações: 1. Qual a localização que o Governo considera para a referida construção após a audiência pública efetuada? 2. Qual a área total e volumetria a destinar a essa construção bem como o tipo de estrutura arquitetónica programada para o Novo Hospital? 3. Qual o tipo de acesso e áreas necessárias, localização e interligação da rede viária do Novo Hospital? 4. O Governo pretende que se altere o conteúdo do PDM em vigor para esta zona”.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Presidente e face às notícias que vieram a público, referiu: “O Executivo considera o novo Hospital uma necessidade e naquelas que são as competências da Autarquia ao nível de instrumentos de ordenamento do território, serão tomadas em conta e com a devida importância. O historial deste processo é longo e contraditório e estamos a seguir os trâmites quanto à qualificação do solo nesta zona de Santa Rita. A proposta entregue à Comissão ainda não está concluída e não ignoramos o facto de poder ser construído na zona de Santa Rita o novo Hospital. A audiência pública de interessados só termina na sexta-feira, pelo que se espera que após esta fase seja elaborado um relatório do Governo Regional remetido à Câmara em que o pedido de reserva dessa área seja uma realidade”.-----

---Em relação à intervenção do Senhor Presidente, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou o facto de, aquando

de reuniões anteriores e ao terem questionado a participação na audiência de interessados, ter sido afirmado que não tinham conhecimento do assunto.-----

---O Senhor Presidente refutou dizendo que de facto não havia conhecimento para efeitos do PDM.-----

--Intervindo novamente, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou acerca do ponto de situação do Plano de Urbanização de Santa Rita, ao que o Senhor Presidente respondeu que ainda serão necessários mais elementos por parte do Governo Regional, para que o referido plano seja mais desenvolvido. “No entanto mesmo com esta falta de informação o trabalho de execução do PDM mantém-se”, sublinhou.-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, referiu existirem maneiras de relacionamento entre as instituições e pelo facto do Governo Regional solicitar a divulgação da audiência pública de interessados, não significa que a Autarquia tenha conhecimento do processo assim como o sucedido aquando das obras nas Ribeiras. “O facto de a Câmara ter assinado editais de alterações ao trânsito não significa que tenha conhecimento do projeto de execução. Não existiram reuniões nem houve troca de documentos oficiais”, frisou-----

---Terminando a sua intervenção perguntou se a questão do financiamento para a construção do novo Hospital já estaria garantido.-----

---Intervindo o Senhor Vereador João Correia, do PSD, referiu que

nesta altura, o processo é ainda muito precoce e a Autarquia não tem dados concretos porque o Governo Regional também não os possui. No entanto, disse, o Executivo deveria ter prestado informação à restante Vereação sobre a existência de um ofício relacionado com o pedido de audiência pública de interessados.----

---O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, acrescentou que a Câmara deveria ter informado o Governo Regional que não possuía os elementos necessários mas que esta situação estaria salvaguardada, ao que o Senhor Presidente refutou dizendo que a audiência pública de interessados não é para a Câmara se pronunciar, mas sim servir de veículo na divulgação do documento para que os munícipes se possam pronunciar no que diz respeito ao assunto.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 229/2016, publicada nos locais de estilo.